

QUESTÃO AGRÁRIA, MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E URBANIZAÇÃO EM MATO GROSSO

Rafael Faleiros de Padua¹

Resumo

O texto procura fazer uma reflexão teórica sobre a urbanização recente do Mato Grosso produzida no contexto de modernização da agropecuária e da expansão da fronteira econômica para o norte do país. Fundamentamos nosso debate na perspectiva de que a questão agrária não está ligada somente à produção agrícola, assim como o modo de vida urbano não se restringe à cidade como realidade social. Neste processo surgem novas cidades relacionadas diretamente ao agronegócio, que produzem novas espacialidades e que indicam um redimensionamento da relação cidade-campo, já que se trata de um processo em que cidade e campo são produzidos segundo uma racionalidade instrumental voltada para a realização da agropecuária como negócio.

Palavras-chave: questão agrária, modernização da agropecuária, urbanização, produção do espaço.

Resumé

Cet article cherche à faire une réflexion théorique sur l'urbanisation récente dans l'état brésilien du Mato Grosso, produite dans le contexte de la modernisation de l'agriculture – bétail et de l'expansion du front économique vers le nord. On a basé notre débat dans la perspective que la question agraire n'est pas uniquement liée à la production agricole, ainsi que le mode de vie urbain ne se limite pas à la ville comme réalité sociale. Dans ce processus, surgissent les nouvelles villes liées au « agribusiness », que produisent nouvelles spatialités et que indiquent un rédimensionnement du rapport ville-campagne, dont s'agit il d'un processus où la ville et la campagne sont produits selon une

¹ Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá. Email: rfpadua@gmail.com.

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

rationalité instrumentale orientée vers la réalisation de l'agriculture – bétail comme une entreprise économique.

Mots-clés: question agraire, modernisation de l'agriculture – bétail, urbanisation, production de l'espace.

Introdução: o espaço no centro da compreensão da realidade

O ritmo de transformação da realidade brasileira propõe à análise novos desafios, exigindo o estudo da produção do espaço em sua complexidade. A urbanização ocorrida nos últimos 30 anos no Mato Grosso pode nos revelar ao mesmo tempo a reprodução das contradições da história do Brasil, não enfrentadas na expansão econômica para o oeste e norte, assim como pode revelar os novos conteúdos da urbanização contemporânea.

Esse processo apresenta uma especificidade, que é o imbricamento da questão agrária (permanência de relações sociais atrasadas – entre elas a concentração fundiária - que se reproduzem no presente), com o processo de industrialização da agricultura (processo de modernização econômica que reproduz as relações arcaicas que vem da história) e com a urbanização (produção do espaço que reproduz as contradições do passado, mas que traz novas problemáticas para a análise). Assim, a reflexão sobre a urbanização no Mato Grosso implica a consideração dos processos históricos de apropriação-dominação da terra, assim como as relações sociais que produzem o espaço contemporâneo.

A configuração do espaço, que se realiza como a materialização das relações sociais, nos indica a aceleração da velocidade das mudanças, o que parece ser uma característica da contemporaneidade e aponta para novas complexidades no entendimento do mundo moderno. Estamos diante, portanto, do desafio de interpretar o sentido desse movimento da realidade.

O Mato Grosso hoje representa uma das fronteiras da produção do espaço brasileiro, e podemos dizer, por isso mesmo, que se revela como uma das fronteiras do conhecimento desse processo de produção e reprodução do espaço brasileiro. Como fragmento de estudo, o Mato Grosso se apresenta, hipoteticamente, como uma síntese do momento atual da urbanização brasileira na sua forma mais “moderna”, carregando e reproduzindo as contradições que vem da história da formação territorial do Brasil.

Trata-se de um processo produzido no bojo da reprodução das contradições históricas da formação do espaço brasileiro (MARTINS, 1999), mas cujo produto é também um espaço característico do momento atual de reprodução do capitalismo.

O espaço produzido (o espaço da produção do agronegócio), que é produto da reprodução de contradições históricas, é também produzido sem a espessura da história, trazendo a espacialidade para o primeiro plano da análise, dado que são materialidades de projetos estatais e econômicos, cuja paisagem reflete o desenraizamento e a efemeridade (estradas, cidades parecidas, constituídas pelo deslocamento de grande quantidade de pessoas de outras regiões do país).

Esse processo tem a mediação central do Estado para sua realização, sob o discurso da integração das regiões centro-oeste e norte ao restante do Brasil, num esforço continuado que tem como um de seus pontos altos (e representativos) na inauguração de Brasília em 1960. É o Estado que produz as possibilidades de deslocamentos massivos de pessoas e de novos empreendimentos privados (no caso do norte de Mato Grosso representados pelos projetos privados de colonização, implementados por companhias de colonização privadas) e públicos para as regiões a serem “integradas” ao restante do país. É uma realidade que carrega as abstrações da modernidade, uma vez que é concebida na prancheta e nos escritórios do poder político e econômico.

O planejamento estatal da ditadura militar na década de 1970, sobretudo através do Plano de Integração Nacional e do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) propiciou as condições de avanço dessa fronteira econômica em direção ao cerrado e à Amazônia no norte de Mato Grosso. Uma das infra-estruturas fundamentais para isso foi a construção de inúmeras rodovias, entre elas a BR-163 (Cuiabá-Santarém), que se constituiu em um eixo de expansão da agricultura modernizada e de produção de novas cidades (TORRES, 2005).

A noção de fronteira (MARTINS, 2009; MONBEIG, 1998) é fundamental para a compreensão desse processo, dado que um dos fundamentos dessa integração é a integração de novos espaços ao processo do capital, é a expansão (acumulação) capitalista na sua dimensão espacial em larga escala que se realiza. A fronteira é o mundo do contato violento entre visões de mundo distantes, que se realiza como negação do outro e mesmo o extermínio de povos que ocupavam (e produziam) anteriormente o espaço (MARTINS, 2009).

Para José de Souza Martins, o conteúdo da fronteira está no conflito, visto a partir de quem perde, de quem tem destituída a sua terra de vida e de trabalho: os índios e os posseiros (MARTINS, 2009). O “vazio” territorial se revela assim como justificativa ideológica estatal para “integrar” parcelas do território nacional à economia nacional. É preciso pensar essa noção de “vazio territorial”, o que ela significa e significou na formação territorial do Brasil, na retórica da ocupação dos “vazios”, ou seja, trata-se de uma criação discursiva dos vazios, sob uma ótica “geopolítica”, assim como de estratégias de ocupação desses vazios criados discursivamente.

Pensando a partir do presente, observamos que nesse mundo da fronteira produziu-se um espaço, fruto da agricultura modernizada, cuja prosperidade (ideologia do progresso) visa apagar a história e as contradições que a história carrega. Em nossa perspectiva, a história da produção desse espaço sem história (a urbanização que é produto da expansão da agricultura modernizada) revela as contradições presentes nessa produção espacial, que é a particularidade que dá sentido e conteúdo a esses lugares. Assim o moderno (que se apresenta como progresso) presente na produção agrícola, indicado na paisagem rural ou urbana, é produzido pelo atraso, pelas relações arcaicas que dominam a reprodução da história brasileira, que se revela como uma história lenta (MARTINS, 1999).

É evidente a dominação política e econômica (e cultural) da grande propriedade da terra, seja no nível federal, estadual ou municipal. Em Mato Grosso percebe-se uma dominação política (os grandes proprietários são majoritariamente os representantes políticos), econômica (também dominam as atividades econômicas principais) e cultural (construção da opinião pública) da grande propriedade da terra, o que é necessário decifrar no relativo consenso social de que o agronegócio representa necessariamente a prosperidade e o progresso.

Nesse contexto de expansão para o oeste e para o norte, respaldado pelas iniciativas estatais, o chamado agronegócio vem se expandindo rapidamente nos últimos 30 anos no território mato-grossense. É uma atividade que demanda espaço, seja para a produção rural em si, seja para as atividades que dão suporte e processam a produção, que se realizam nas cidades. Procuraremos desenvolver no texto caminhos possíveis de interpretação desse crescimento da produção econômica, articulada ao âmbito do político em Mato Grosso, procurando apontar conteúdos desse processo no nível do social.

A expansão da agricultura modernizada induzirá o crescimento quantitativo de inúmeros elementos em Mato Grosso nos últimos 30 anos, entre eles podemos ressaltar o crescimento demográfico acelerado, assim como o crescimento da produção agropecuária, seja em termos absolutos de área e produção como em rendimento médio dessa produção. Esse processo, encarado de modo mais amplo, produz uma transformação qualitativa, no âmbito das relações sociais, revelando a urbanização como produto e condição de realização desses inúmeros crescimentos. No entanto, a urbanização não é somente um processo quantitativo de aumento da população urbana em relação à população rural, mas um processo de produção de novas condições e necessidades sociais, que vai além das questões quantitativas que os dados secundários podem mostrar. A urbanização é do âmbito do qualitativo, na transformação do modo de apropriação do mundo em que vivemos.

A seguir apresentamos alguns desses dados do crescimento em vários aspectos do Estado de Mato Grosso nos últimos 30 anos:

Tabela 1 - População em Mato Grosso			
Ano	Pop. total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1970	1.597.090	684.189	912.901
1980	1.138.691	654.952	483.739
1991	2.027.231	1.485.110	542.121
2009	3.057.261	2.505.243	552.018

Fonte: SEPLAN-MT, Anuário estatístico 2010, a partir de dados do IBGE
Organizado pelo autor

Tabela 2 – População dos municípios em Cuiabá e em municípios da região de expansão da agricultura modernizada em Mato Grosso (1990, 2000 e 2009)					
Ano	Cuiabá	Lucas do Rio Verde	Nova Mutum	Sinop	Sorriso
1990	418.661	8.847	6.051	40.476	16.324
2000	433.355	12.647	8.388	54.306	26.711
2009	550.562	33.556	26.874	114.051	60.028

Fonte: SEPLAN-MT, Anuário estatístico 2010, a partir de dados do IBGE
Organizado pelo autor

Do ponto de vista quantitativo, o crescimento das cidades é expressivo. Mesmo da capital Cuiabá, que cresceu relativamente menos que as cidades das regiões de expansão do agronegócio, se observarmos que em 1970 a cidade tinha aproximadamente 100 mil habitantes, constatamos que ela também acompanha esse crescimento do estado. No entanto, alguns dados da produção econômica nos indicam que o dinamismo do crescimento econômico de Mato Grosso reside na produção agropecuária, e pela criação e crescimento acelerado de novas cidades em áreas do cerrado e da Amazônia.

É interessante observarmos que o crescimento das cidades acompanha o crescimento da produção (em quantidade e em área produzida) e da produtividade. Isso indica que uma série de novos produtos e serviços são necessários para a realização desse processo de produção (implementos, insumos, serviços de assistência técnica, serviços financeiros, etc.), o que se realiza nas cidades, como ressaltam GOODMAN, SORJ e WILKINSON, “a produção capitalista no caso da agricultura localiza-se na cidade, não no campo” (GOODMAN et al., 1990, p.6). Com isso, as cidades evidenciam na paisagem essa articulação com as atividades agrícolas, lojas de máquinas agrícolas e de insumos, bancos, cooperativas, empresas de armazenagem, consultorias, construtoras, imobiliárias, indústrias, empresas de aviação agrícola, etc.

Os dados sobre a produção agrícola (do milho, algodão e soja, que são os principais produtos agrícolas do estado) permitem vislumbrarmos a dimensão desse crescimento quantitativo do ponto de vista da economia predominante em Mato Grosso, a agropecuária:

Tabela 3 - Produção Agrícola em Mato Grosso – Milho			
Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade (ton.)	Rendimento Médio (kg/ha)
1979	71.414	109.014	1.526
1990	339.263	801.429	2.362
2000	541.792	1.429.672	2.639
2008	1.830.447	7.799.413	4.261
2009	1.662.920	8.181.984	4.920

Fonte: SEPLAN-MT, Anuários Estatísticos 1980, 1990 e 2010
Organização do autor

Tabela 4 - Produção Agrícola em Mato Grosso – Algodão			
Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade (ton.)	Rendimento Médio (kg/ha)
1979	5.200	4.728	909
1990	42.763	56.605	1.323
2000	257.762	1.002.836	3.891
2008	539.586	2.083.398	3.861
2009	357.543	1.415.921	3.960

Fonte: SEPLAN-MT, Anuários Estatísticos 1980, 1990 e 2010
Organização do autor

Tabela 5 - Produção Agrícola em Mato Grosso – Soja			
Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade (ton.)	Rendimento Médio (kg/ha)
1979	19.130	26.503	1.385
1990	1.703.649	3.795.435	2.227
2000	2.906.448	8.774.470	3.019
2008	5.470.149	17.212.351	3.147
2009	5.831.468	17.962.819	3.080

Fonte: SEPLAN-MT, Anuários Estatísticos 1980, 1990 e 2010
Organização do autor

Como podemos observar através dos números apresentados acima, o volume de produção tem um crescimento acelerado nos últimos 30 anos. Esse aumento no volume da produção demanda necessariamente espaço e técnicas de manejo. Com isso, a produção agropecuária se mostra ao mesmo tempo como conquistadora de espaço para a produção econômica de larga escala (avanço da frente pioneira), assim como cada vez mais produtiva ao longo do tempo, com pequenas variações segundo os anos no período dos últimos 30 anos. Tendo em vista que a área total do município de Sorriso (maior produtor de soja do estado de Mato Grosso) é 9.345,76 km², e que a área colhida em 2009 foi de 5.900 km², isso significa que nesse ano 63% da área do município esteve ocupada por esta lavoura em determinados períodos do ano, o que indica a dimensão da homogeneização da produção.

Tabela 6 - Produção de soja em Sorriso-MT			
Ano	Área Colhida (ha)	Quantidade (ton.)	Rendimento Médio (kg/ha)
1990	129.940	305.879	2.354
2000	575.000	1.794.000	3.120
2009	590.000	1.840.800	3.120

Fonte: SEPLAN-MT, Anuários Estatísticos 1990 e 2010
Organização do autor

Ou seja, há uma intensificação do uso do solo, que se realiza num processo de modernização da agricultura e da pecuária. Isso nos indica a industrialização da agropecuária, transformando continuamente a temporalidade e a espacialidade do contexto dessa produção, revelando como realidade um campo urbanizado, usuário de intensa tecnologia, compreendendo sementes modificadas, agrotóxicos, maquinário de última geração, cuja finalidade é a rentabilidade máxima da produção, seja no campo, seja nas atividades propriamente industriais. Nesse contexto, se concretiza a dominação de setores que são externos à produção agrícola (um setor importante desse processo é o capital financeiro, que domina a produção de longe, revelando a agropecuária como mediação de sua própria reprodução), como as grandes empresas fornecedoras de insumos e implementos agrícolas (multinacionais e nacionais), cujas sedes se localizam nas grandes metrópoles, onde os negócios se realizam com mais fluidez.

A questão agrária e a privatização do território em Mato Grosso

A questão agrária se impõe na história do Brasil como elemento fundamental da reprodução de nossa realidade social e como atualidade nesse processo de reprodução. Nesse sentido, a questão agrária aparece no presente como um dos fundamentos de nosso processo de formação territorial e da produção do espaço brasileiro. O objetivo central que apresentamos aqui se constitui na busca por investigar a questão agrária no processo de reprodução das relações de produção contemporâneo, revelado pelos conflitos e contradições postos mesmo no interior das atividades compreendidas como modernas. Mais especificamente, buscaremos esses elementos pensando a realidade da expansão da agropecuária modernizada no Mato Grosso, propondo uma reflexão sobre os novos conteúdos da produção do espaço, assim como sobre o redimensionamento da relação cidade-campo nesse processo.

O debate sobre a questão agrária é fundamental à reflexão sobre o moderno no Brasil, se revelando como fundamento da história da nossa formação territorial, produzindo e reproduzindo contradições que perpassam o processo histórico, determinando a produção social do presente. Se por um lado a questão agrária exige que busquemos na história os fundamentos da produção do mundo, não permanecemos na reflexão sobre o passado, pois o objetivo é o entendimento do presente, mesmo porque essa questão se reproduz sob novas formas no presente².

A formação territorial do Brasil se revela então como um processo de expansão espacial do capitalismo, cuja forma de reprodução é necessariamente expropriatória, necessita expropriar os meios de vida de grande parcela da população para se realizar. A questão agrária se coloca aí como uma mediação fundamental dessa expansão capitalista, cujo resultado é a expropriação de camponeses e o extermínio de grupos indígenas (a questão indígena faz parte da questão agrária), produzindo as particularidades do processo capitalista no Brasil.

A questão agrária, surgida da institucionalização da propriedade privada da terra (Lei de Terras de 1850³), quando o acesso à terra passava a se realizar exclusivamente pela mediação do dinheiro, se reproduz ao longo da história, se colocando, em diferentes momentos, como o principal entrave para a modernização efetiva do país. Ela se revela, nesse movimento, como a característica arcaica da permanência da concentração fundiária, e determina em grande parte nosso processo de modernização (MARTINS, 1999), e cujo debate é fundamental mesmo para entendermos as nossas contradições sociais, inclusive as que se realizam nas cidades. Dessa forma, é preciso que encaminhemos a nossa reflexão de modo a entender de que maneira essa questão se impõe hoje como determinação de nossa realidade social atual.

Assim, a questão agrária não se define como uma questão central para o entendimento dos processos do mundo rural somente, mas também para o entendimento do próprio processo de urbanização brasileiro, e a realidade contemporânea do Mato Grosso nos aponta isso. O urbano vai além da cidade, assim com a questão agrária e suas implicações vão além do campo. Em nosso processo histórico as contradições se complexificam nas realidades da cidade e do campo, redimensionando a relação cidade-campo, que agora se realiza em novas bases, totalizada pelo urbano.

² Em linhas muito gerais, esse procedimento trata-se do método progressivo-regressivo, exposto por Henri Lefebvre em diversas obras.

³ A Lei de Terras de 1850 estabeleceu que a posse da terra só se daria, a partir de então, através da compra, institucionalizando a propriedade privada da terra.

Problematizar a questão agrária hoje significa, portanto, pensar como ela se reproduz diante da modernização da agropecuária, e que espaço é produzido nesse processo, assim como desvendar as formas nas quais a propriedade privada da terra se põe como dominação política e econômica (e cultural), produzindo novas contradições no âmbito do social.

Tomando o caso específico do Mato Grosso, é preciso desvendar a produção do espaço sob a dominação da grande propriedade, agora não mais aquela que já na aparência se mostrava arcaica (o grande latifúndio), mas a grande propriedade unida ao capital (o agronegócio). Essa modernização da agricultura produz um espaço-tempo característico do processo de produção do que hoje se denomina o “agronegócio” revelado nas formas das cidades novas (sem história, pois produzidas segundo a lógica da produção econômica), das lavouras (imensas plantações homogêneas), dos equipamentos (máquinas, aviões, etc.), das relações sociais determinadas pelo ritmo da reprodução econômica (a esfera do financeiro mundializado se imiscuindo nas relações de proximidade). Ao mesmo tempo, refletir sobre a questão agrária implica em pensar a luta pela terra, que traz à tona os conflitos e contradições da posse da terra no Brasil. A luta histórica dos movimentos sociais do campo nos escancara a dimensão cotidiana de enfrentamento da mediação abstrata da propriedade privada da terra como condição fundamental da posse, com a transformação do sentido da terra de terra de vida e de trabalho (caso dos camponeses e indígenas) para a terra como meio de reprodução do capital (caso do agronegócio).

A reflexão sobre a questão agrária no Brasil nos coloca diante de contradições centrais da nossa história, aquela do acesso à terra, que tem como consequência a dominação dos meios de vida. O entendimento do presente, no caso da Geografia através da dimensão espacial da vida social (buscando sempre superar a condição de ciência parcelar), passa por construirmos um conhecimento que leve em conta o movimento da realidade como processo histórico concreto, buscando as mediações que nos expliquem a produção desse processo. Nesse sentido, a reflexão envolve dois momentos, um se refere ao movimento da realidade, e outro ao movimento do pensamento sobre essa realidade. Tanto a realidade quanto o pensamento sobre a realidade são produtos sociais historicamente determinados, nos colocando a questão de pensar o movimento do real construindo necessariamente um conhecimento novo sobre esse real que se transforma, como condição necessária do movimento do pensamento do real. Dessa maneira, o debate que propomos para a reflexão sobre a questão agrária no

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

Brasil vai na direção do enfrentamento da questão a partir dos elementos do presente, para entendermos a realidade social atual, buscando na história os fundamentos necessários para o entendimento desse presente.

Nos últimos 40 anos, o processo de expansão da agropecuária capitalista no Centro-Oeste e na Amazônia foi determinado pelas ações estatais elaboradas e implementadas durante o período do regime militar (1964-1985). *“Assim, a implantação dos projetos agropecuários na Amazônia tem também que ser entendida como uma das estratégias dos governos militares no sentido de patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos”* (OLIVEIRA, 1997, p.67). Essas estratégias do Estado brasileiro de ocupação dos “vazios” da Amazônia se realizaram através dos incentivos fiscais, buscando atrair grupos capitalistas do centro-sul do país para o norte. Com isso, grandes grupos econômicos passam a investir na área da Amazônia Legal, que compreende toda a região amazônica e parte do cerrado do Centro-Oeste e do Norte. Esses investimentos se deram inicialmente sobretudo na pecuária, com a derrubada da vegetação natural para a constituição de grandes pastagens.

Esses empresários investiram nesta empreitada da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, passados quase 20 anos [o texto é da segunda metade da década de 1980, observação minha], é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de “abertura da mata” (OLIVEIRA, 1997, p.68)

O professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, estudioso da questão agrária no Brasil, evidencia em seus trabalhos o resultado desse processo patrocinado pelo Estado durante a ditadura militar e mesmo depois, quando observamos que a violência no campo ainda é uma mediação importante para a reprodução das desigualdades de acesso à terra, mesmo nos dias de hoje.

A violência, assim como o trabalho escravo, ainda fazem parte do cenário do processo contraditório de ocupação-dominação da terra no Brasil, sobretudo nas regiões de fronteira, onde a frente pioneira (avanço da grande propriedade capitalista) se encontra com a frente de expansão (posseiros e camponeses que ocupam a terra) (Martins, 2009), processo que o documentário “Nas terras do bem-virá” (Alexandre Rampazzo, 2007) mostra muito bem. Neste documentário podemos ver que nos dias de hoje a violência ainda reina com o aval do Estado (vide o massacre de Eldorado dos Carajás (1996), o assassinato de Irmã Dorothy Stang (2005), retratados no filme, assim

como o assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo (2011), entre tantos outros atos de violência sobre quem luta pela terra e que a Comissão Pastoral da Terra não cansa de denunciar. A omissão e/ou morosidade e mesmo a participação do Estado na violência sobre as pessoas e movimentos que lutam pela terra faz parte da questão agrária no Brasil. O Estado é, dessa forma, um agente fundamental da reprodução da concentração fundiária no país, não somente por essa violência e omissão, mas também como o mediador que garante que essa reprodução aconteça até os dias de hoje.

Nesse processo, a grande propriedade privada da terra é produzida e garantida pela violência, através da grilagem de terras⁴, com a produção de títulos falsos de propriedade, expropriando a terra de nações indígenas e posseiros, que legitimamente lutam pela terra de vida e de trabalho. Alia-se a esse estado de coisas a peonagem, que podemos definir como a “*escravidão branca*” (OLIVEIRA, 1997, p.85), onde os peões são aliciados por “gatos” em regiões com alto índice de desemprego, principalmente no Nordeste brasileiro, com propostas enganosas de trabalho, e são levados para o trabalho de desmatamento e formação de pastagens, em condições extremamente degradadas de trabalho, onde tudo o que o peão consome ou usa é debitado em sua conta, algo que nunca conseguirá quitar com o fazendeiro, o que produz um processo de escravidão por dívida (OLIVEIRA, 1997; MARTINS, 2009)⁵.

A partir da década de 1970, a Amazônia passa a concentrar os conflitos e as mortes (sobretudo de trabalhadores rurais, posseiros, peões) no campo e os genocídios das nações indígenas com o avanço dos projetos de “ocupação” da terra. Devemos entender esse processo no contexto do avanço da produção capitalista no Brasil. É uma história de expropriação e da reprodução de uma estrutura fundiária concentrada (a questão agrária).

Historicamente no Brasil, os camponeses migram para onde podem ser proprietários de seu próprio trabalho, e nesse sentido, há um movimento migratório de camponeses empobrecidos das regiões onde a concentração fundiária se aprofunda (através inclusive de uma modernização agrícola que elimina trabalho no campo), ou seja, onde a terra se torna raridade, para as regiões onde há uma abundância de terras a serem ocupadas. A região amazônica e parcelas do cerrado do Centro-Oeste e Norte do

⁴ Terras que posteriormente são muitas vezes legalizadas, conforme o estudo de Gislaene Moreno (2007).

⁵ No documentário “Nas terras do bem-virá” (Alexandre Rampazzo, 2007), podemos ver como o trabalho escravo, nesse processo perverso de escravidão por dívida, se realiza hoje no Brasil, sobretudo nas regiões de fronteira.

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

país são assim o destino dessas populações empobrecidas expropriadas de suas terras em suas regiões de origem, embora a terra de chegada não fosse de todo desocupada, tendo em vista a presença de populações indígenas, elas próprias acudadas (e também migrantes) pela expansão espacial do capitalismo no Brasil.

Segundo OLIVEIRA, a presença de posseiros na Amazônia “*passou de mais de 213 mil em 1960, para 360 mil em 1970, 452 mil em 1975, e baixando para 404 mil em 1980*” (OLIVEIRA, 2007, p.91). Segundo esse autor, a queda do número de posseiros em 1980 se deu pela violência dos grileiros, uma vez que os projetos estatais e o consequente avanço das mega-propriedades já se estabeleciam como uma realidade em direção ao norte do país. Os grandes projetos agropecuários da SUDAM⁶, que até o final da década de 1980 somavam 9 milhões de hectares, se concentraram no Pará e no Mato Grosso, com áreas médias por projeto agropecuário de “*16.300 ha no Pará e 31.400 ha no Mato Grosso*” (OLIVEIRA, 1997, p.83), voltados principalmente para a pecuária. A partir desses números podemos construir uma ideia da concentração fundiária que se produz a partir desses projetos de “ocupação”.

Se inicialmente os projetos de colonização públicos, através do INCRA, apontavam para uma redistribuição da terra, pretendendo resolver a pressão exercida pela concentração fundiária, posteriormente se vê que as estratégias se direcionam para o incentivo da “ocupação” do território pelas grandes propriedades. As margens da Transamazônica (10 km de cada lado) foram inicialmente voltadas para a constituição de assentamentos de reforma agrária, no entanto os projetos foram realizados sem levar em conta nem mesmo a realidade regional e assim foram logo abandonados pelo Poder Público (OLIVEIRA, 1997). Cabe salientar aqui que as rodovias que o Estado brasileiro construiu, cortando grande parte da região amazônica, se revelaram como os eixos de ocupação-dominação do espaço, no processo de avanço da fronteira agrícola, com destaque para as BR-163 (Cuiabá-Santarém), BR-364 (Brasília-Acre) e a própria Transamazônica (BR-230).

Nesse processo induzido pelas políticas de espaço implantadas pelos governos da ditadura militar sobretudo a partir da década de 1970 há um abandono dos projetos públicos de colonização e um incentivo aos projetos particulares de colonização, quando se concede a empresas colonizadoras grandes parcelas do território, e são essas

⁶ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, agência estatal através da qual se operacionalizava, juntamente com o Banco da Amazônia, a concessão de incentivos fiscais para o estabelecimento dos grandes grupos econômicos na região.

empresas que irão vender os lotes, sejam estes rurais ou urbanos, já que aí nascem novos municípios cuja posse e propriedade da terra, assim como a própria produção do espaço são totalmente controladas por essas empresas. Trata-se de um processo de privatização da terra, que permite o que Martins chama de aliança da grande propriedade da terra ao capital (MARTINS, 1999).

O Estado de Mato Grosso concentrou os projetos de colonização privados, que se revelaram como estratégias espaciais de longo alcance, seja espacialmente como temporalmente, já que ao mesmo tempo dominaram grandes parcelas de terras em regiões onde a qualidade do solo é particularmente superior (CABRAL, 2007), e onde se materializaram lógicas de produção do espaço estritamente mediadas pela redução da terra à “qualidade” de mercadoria, ou seja, o espaço é produzido a partir de projetos privados visando o lucro, a terra e a produção do espaço aí se realizam estritamente como um grande negócio. Como reprodução desse processo em um contexto de expansão da agricultura modernizada a partir da década de 1990 são produzidas realidades regionais características do agronegócio, num processo que produz concomitantemente e complementarmente, o campo e a cidade, como elementos de uma mesma realidade. São os casos de cidades como Sinop, Sorriso, Nova Mutum, para citar apenas alguns municípios que se formaram no eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Ainda segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

Isso reflete a estratégia da geopolítica militar, expressa nos escritos do General Golbery, onde a ocupação da Amazônia deveria avançar em cunha a partir do planalto central mato-grossense, através da Cuiabá-Santarém, e as fronteiras deveriam receber assentamentos de modo a “garanti-las” sob domínio brasileiro (OLIVEIRA, 1997, p.95).

O projeto estatal de dominação do espaço, que se materializa nas inúmeras estratégias de “colonização”, impõe uma lógica ao território, a lógica capitalista. Se por um lado se incentiva o estabelecimento de grandes empreendimentos agropecuários que se revelam como a necessária expansão espacial da produção capitalista (produção de capital, através de uma acumulação primitiva, necessariamente expropriatória), por outro lado os parques indígenas também se revelam como o estabelecimento dessa lógica no espaço, já que ao se transformar a terra em mercadoria, se mostra a necessidade de restrição do uso da terra às nações indígenas, que são reduzidas às reservas indígenas (OLIVEIRA, 1997). Se a terra como lugar da vida das nações indígenas não tem limites, os limites são impostos pelo avanço do capitalismo no território, e mesmo os limites onde se fecharam as nações indígenas são usurpados pela

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

necessidade devoradora do capital por espaço, para tornar o espaço produtivo economicamente.

A modernização da agricultura e seu impacto em Mato Grosso

A modernização da agricultura se apresenta como uma condição fundamental do processo de expansão espacial da fronteira econômica no Brasil. Essa modernização se realiza como uma intensificação da inserção dos processos naturais ao processo do capital. Trata-se, sempre, de uma apropriação parcial da natureza, mas que se concretiza como uma subordinação crescente de setores da agricultura ao processo do capital. Essa incorporação da agricultura ao processo do capital se coloca no contexto da necessidade de expansão espacial e setorial da acumulação capitalista, mas encontra barreiras nos elementos irredutíveis do processo: a terra e as condições naturais ainda tem um papel relevante na produção agrícola (GOODMAN et al., 1990).

Esses autores demonstram que em um primeiro momento, que se inicia no século XIX, sobretudo nos EUA, a industrialização da produção agrícola se dá no processo de trabalho e nos processos físicos de manejo do solo e não nas questões químicas e biológicas, que serão desenvolvidas em um segundo momento, já no século XX. Sobretudo na segunda metade do século XIX há uma intensificação do desenvolvimento dos equipamentos agrícolas, assim como uma diminuição acentuada dos fabricantes destes equipamentos. Isso revela uma concentração do capital nesse setor, com a constituição de grandes corporações. Entretanto, se a mecanização dos processos de trabalho na agricultura transformou as relações sociais de produção, com a diminuição drástica de trabalho braçal, alavancando um aumento da produtividade, a barreira para o processo de acumulação na agricultura é o tempo natural das plantas. Os fertilizantes industrializados começam a ser produzidos também no século XIX, na Inglaterra, promovendo uma transformação na fertilidade natural e na recuperação dos solos. Essa indústria se torna também um importante setor industrial e demanda grandes investimentos para seu desenvolvimento, o que restringe a sua produção às grandes corporações, o que passa a ocorrer já no começo do século XX (GOODMAN et al., 1990).

A intensificação das inovações genéticas se dão somente no século XX, com pesquisas realizadas sobretudo por órgãos públicos, dado os riscos em termos de negócios que essas pesquisas envolviam. As técnicas de hibridização de sementes (sobretudo do milho nos EUA) permitiram a entrada das grandes empresas na pesquisa

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

e produção de sementes, esmagando a pesquisa dos órgãos públicos (no caso dos EUA) e os pequenos produtores de sementes. É nesse contexto que se expande o que ficou conhecido como “Revolução Agrícola” ou “Revolução Verde”, que para esses autores se trata da difusão de sementes e técnicas agrícolas dos países temperados para os países tropicais e subtropicais (GOODMAN et al., 1990), promovendo uma homogeneização cada vez maior da agricultura.

Posteriormente, com o aprimoramento das pesquisas em biotecnologias, assim como com o avanço no setor químico (insumos),

a difusão das inovações industriais trouxe ganhos espetaculares no crescimento da produtividade total, transformando a economia política da agricultura e do sistema agroalimentício. Por exemplo, a produção total das safras aumentou 97% nos Estados Unidos entre 1950 e 1981, com um aumento de apenas 3% nas terras cultivadas e apesar de um declínio de 63% no emprego de mão de obra (GOODMAN et al., 1990, p.10).

Com isso, ainda segundo esses autores, o setor agrícola passa a ter que lidar com o problema da superprodução, que vai incentivar, no caso dos grãos, o direcionamento da produção para a fabricação de ração animal.

Nesta exposição, fica evidente que, mesmo se os setores mecânico, químico e biológico/genético se desenvolvem de maneira não concomitante e desigual no tempo, eles cada vez mais passam a se articular, levando a indústria de mecanização a se adaptar às necessidades dos demais setores. Nesse processo, a produção agrícola passa a cada vez mais depender de um pacote industrial: implementos-sementes-insumos (fertilizantes e agrotóxicos). Ou seja, o grande capital representado por esses setores (a grande maioria das empresas produtoras de sementes, implementos e insumos são grandes corporações multinacionais) exerce um controle cada vez maior sobre a produção agrícola, restringindo a autonomia dos produtores, já que

São necessárias práticas de cultivo mais precisas, mais cuidadosamente reguladas e cronologicamente determinadas, mas isto devido às consequências diretas e imediatas da maior intromissão nos processos naturais por parte do capital (GOODMAN et al., 1990, p.36).

Esse maior controle externo à produção agrícola irá provocar uma transformação radical nas relações sociais, impactando sobremaneira a agricultura camponesa. Nesse sentido, o “pacote” que passa a dominar a produção agrícola se define como uma série de imposições, começando com as sementes, as chamadas “variedades de alto rendimento”, que vão exigir novas técnicas de manejo mecanizado do solo, assim como

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

a aplicação de pesticidas e fungicidas. O avanço contínuo que essas inovações biológicas da produção de sementes impõem passa a ditar o ritmo das inovações relativas à produção agrícola como um todo, exigindo que os setores mecânico e químico acompanhem as novas temporalidades impostas à produção agrícola (GOODMAN et al., 1990), produzindo uma transformação na relação espaço-temporal das populações envolvidas nesta produção.

Do ponto de vista da criação de animais, as principais inovações se referem às técnicas de confinamento (com a industrialização da alimentação animal), promovendo uma diminuição do espaço necessário para as criações. A partir da década de 1950, a engenharia genética, com as técnicas de inseminação artificial vão, por sua vez, promover um significativo aumento de produtividade e também um crescente aumento do controle da produção (GOODMAN et al., 1990).

Uma questão que se nos apresenta diante desse quadro de aumento de uma agropecuária modernizada de alta produtividade, altamente tecnificada, são quais as necessidades sociais estão sendo contempladas nesse processo, a da sociedade como um todo, que necessita de alimentos para sua sobrevivência ou a reprodução econômica dos agentes envolvidos nas cadeias produtivas?

Muitas pesquisas, inclusive aquelas que se dedicam a pensar o impacto da atividade do agronegócio sobre a saúde dos trabalhadores e da população⁷ nos apontam claramente que a finalidade desse processo é a acumulação ampliada do capital, que se utiliza da produção agropecuária da forma mais rentável (e necessariamente mais produtiva economicamente) para sua reprodução. As condições de trabalho e a qualidade (e acesso) da sociedade em geral aos alimentos produzidos estão subordinados à acumulação ampliada, ou seja, o âmbito do social está subordinado às necessidades da reprodução do econômico e às normas do político, mediação fundamental para a realização desse processo.

Dessa maneira, o processo de modernização da agricultura e da pecuária se substancia em um processo de industrialização da produção que as submetem a um movimento crescente de dependência de um pacote mecânico/químico/biológico-genético, dominado por grandes corporações, que muitas vezes controlam todo o processo de produção, processamento e comercialização dos produtos. A produção de alimentos se revela aí como um grande negócio, mediação da realização de interesses

⁷ Por exemplo aquelas coordenadas pelo Prof. Dr. Wanderlei Pignati, no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

externos, alheios aos agentes imediatamente ligados à produção, ou seja, nesse processo de industrialização da agricultura e pecuária, há também um processo de alienação do trabalho. É em um contexto de crescente mundialização do capital, assim como de acentuação das crises do capitalismo, que esse processo de modernização como força produtiva econômica, que se realiza em escala mundial, permite o avanço da agricultura de grande escala para o Cerrado e para a Amazônia.

Nesse cenário, a partir do final do decênio de setenta, acompanhando a tendência do agro nacional, o contínuo avanço do capital industrial no ambiente agropecuário implicou acentuada transformação e diferenciação das características básicas do agro mato-grossense. Além do surgimento de número elevado de latifúndios capitalizados, grande parte dos estabelecimentos então existentes se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se cada vez mais dos antigos latifúndios tradicionais. Essas empresas produzem bens dotados de alto valor comercial, como a soja, o algodão, o arroz e outros produtos de origem agropecuária (PEREIRA, 2007, p.50).

É esse processo de modernização da agropecuária, que aproxima cada vez mais essa produção da produção industrial, que vai dar um aspecto ideológico de legitimidade na aliança entre a grande propriedade da terra e o capital, processo que contribuirá também para uma desmobilização das lutas dos camponeses pela terra em Mato Grosso e uma desvalorização, também ideológica, da agricultura camponesa.

Apontamentos para a reflexão sobre a urbanização nas cidades das regiões de expansão do agronegócio

As cidades concebidas no contexto de expansão da agricultura modernizada são desde o seu início produtos e se reproduzem desde então como negócio, sem passado, reproduzindo a temporalidade da produção da agricultura modernizada (MARTINS e SEABRA, 1993). A história social (a história das migrações, carregadas de esperanças; das resistências de posseiros e índios; das expropriações e conflitos no embate da terra como lugar da vida e como lugar da acumulação do capital) permanecem no subterrâneo, não reveladas, diante desse processo que se realiza na produção simultânea da cidade e do campo (do campo modernizado), em uma unidade dialética totalizada pelo urbano como modo de vida (LEFEBVRE, 2009; ARRUDA, 2007). O urbano aí se revela como mediação com a mundialidade, assim como sociabilidade fundamental, mesmo que contraditoriamente revelando a privação de relações sociais qualitativas e concretas.

O momento atual do modo capitalista de produção aponta a esfera do financeiro se reproduzindo através da cidade e do campo, induzindo outra temporalidade à produção concreta de mercadorias e sua circulação (ARRUDA, 2007). Essa temporalidade, ligada ao ritmo da reprodução do capital financeiro induz uma determinada produção do espaço, que a nosso ver impõe, no contexto da urbanização recente do Mato Grosso, uma escala de análise que supera a escala intra-urbana, embora não a elimine, encaminhando a análise para uma escala de abrangência regional. Assim, a própria escala se revela como um conteúdo da análise, dado o imbricamento do local ao regional e deste ao mundial, indicado pelo fato de a produção agrícola, que se constitui como a principal fonte de riquezas, estar intimamente ligada a um contexto mundial de produção de matérias-primas.

A ligação do excedente econômico produzido no agronegócio à urbanização, realizando esse excedente no mercado imobiliário das cidades (em muitas cidades se aceita quantidade de produção de soja como pagamento de imóveis, por exemplo), demonstra que a produção do campo está articulada de maneira fundamental à reprodução do espaço urbano, seja em Cuiabá, seja nas cidades ligadas mais diretamente ao agronegócio (Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Verde, Primavera do Leste e outras) e porque não dizer, provavelmente em outras cidades do país e mesmo de outras regiões do mundo.

É uma realidade voltada para a produção agropecuária, e cria uma espacialidade e temporalidade específicas. Pode-se ver a cidade como uma concentração de elementos necessários à produção (mão-de-obra, estabelecimentos comerciais, serviços bancários, etc.). Mas a concentração urbana aponta para novas questões qualitativas: a vida urbana e a centralidade como necessidades da realização do humano (CARLOS, 2008). Estamos construindo a hipótese de que a urbanização recente do Mato Grosso revela uma nova dimensão da relação campo-cidade, pois produz (ou reproduz) o campo e a cidade como elementos do urbano (concentração de inúmeros elementos, simultaneidade, fluidez). A agricultura modernizada nos dá argumentos para pensar a urbanização do campo. Ou seja, nos colocamos diante da questão: que campo e que urbano são produzidos nesse processo? Para pensarmos um caminho de resposta a essa questão é preciso refletir teoricamente sobre essa realidade nova, a partir de sua materialidade concreta, colhendo aí as indicações de seu conteúdo.

Temos ainda que deixar claro que é um processo que usa o espaço e produz o espaço como se fosse uma página em branco a ser preenchida, e ao mesmo tempo é um

processo que nega uma história concreta, aquela das terras indígenas e dos posseiros que se reproduziam, não através de relações abstratas, mas concretamente a sua vida no espaço hoje ocupado pela homogeneidade das grandes plantações e das cidades planejadas. As resistências e os conflitos escancaram as contradições do processo de avanço da agricultura moderna no Brasil. Assim, a história da expansão econômica para oeste e norte promovida pelo Estado se concretiza não como uma história de ocupação de espaços vazios, mas como a história violenta de extermínio dos índios, expulsão de camponeses pobres (os posseiros), pela violência da propriedade privada da terra (mesmo sendo esta ilegal) e pela produção monopolista do espaço, regida hegemonicamente pelo Estado e por grupos econômicos que dominam economicamente e politicamente grandes parcelas do território.

A questão que importa para nós é: quais os conteúdos sociais desse crescimento quantitativo que apresentamos no início do texto? Ou seja, é preciso passarmos do âmbito do quantitativo para aquele do qualitativo para entendermos o sentido do movimento da realidade urbana (GEORGE, 1966). Deparamos-nos aqui com a limitação de uma ciência parcelar (em nosso caso a Geografia) a partir da qual vamos nos inserir no movimento do conhecimento dessa realidade; por outro lado, estamos diante de outra limitação inerente à pesquisa que é a de, a partir de um fragmento da realidade, refletirmos sobre todo o conjunto da sociedade. Nesse sentido, sem resolvermos as contradições e limitações da pesquisa científica, devemos sempre ter como horizonte a noção de totalidade, articulando o objeto específico da pesquisa ao movimento do real, ou seja, à totalidade na qual está inserido (LEFEBVRE, 1955).

Outra questão com a qual nos deparamos neste encaminhamento é como podemos pensar teoricamente a urbanização (recente) de Mato Grosso? Até o momento atual, se privilegiou o estudo da técnica, fundamental para se pensar a produção do espaço (BERNARDES e FREIRE FILHO (orgs.), 2005; BERNARDES, 2008; BERNARDES, 2010; SANTOS, 2008; SANTOS e SILVEIRA, 2011). No entanto é preciso ir além da técnica, buscando refletir sobre a vida cotidiana (finalidade última e conteúdo da produção do espaço), uma vez que o urbano e a urbanização dizem respeito à vida e não somente à reprodução de coisas no espaço (LEFEBVRE, 2009, 2000, 1999; CARLOS, 2008, 2001).

No limite poderíamos definir o processo de urbanização como o processo de concentração permanente de pessoas em um determinado lugar ou região, e que se revela como um lugar de possibilidades, reunião, encontro das diferenças, criação,

mesmo em função de uma concentração quantitativa de população. Ou seja, a partir do quantitativo se revela o qualitativo enquanto possibilidade. Mesmo que resultado de projetos de colonização privados, onde a finalidade reside na produção e realização de um negócio mercantil, a urbanização carrega em si novos conteúdos, ainda que como possibilidades, virtualidades presentes no real. Dessa maneira, é preciso pensar as relações sociais que envolvem a urbanização nesse contexto de expansão do agronegócio: os agentes sociais que produzem essa realidade de fronteira (realidade de migração e de extermínio).

Estamos diante, portanto, de uma persistência do passado (a questão agrária como permanência e conteúdo da nossa modernidade (MARTINS, 1999)) mas que aparece como uma paisagem nova, “moderna” (as cidades novas criadas a partir de estratégias estatais e privadas) que sugere o futuro, realizando o repetitivo da produção de mercadorias (aqui o espaço e a cidade também são as mercadorias), com o esvaziamento do tempo como duração enquanto condição de realização desse mundo do instantâneo, ligado ao tempo da reprodução do econômico (o imobiliário, os ramos do agronegócio, o financeiro), que entra em contradição com as necessidades próprias da reprodução da vida, revelando as contradições como o conteúdo do processo.

Valores se consolidam, carregando o moderno na concepção da propriedade privada, revelada no “sucesso” do empreendedorismo individual. Qual o conteúdo desse progresso? Produziu-se um espaço característico da atividade agrícola modernizada e criaram-se cidades intrinsecamente ligadas a essa atividade. Qual o conteúdo dessa urbanização no nível da prática socioespacial? Estamos diante de uma realidade urbana que é nova (mesmo sendo produzida por relações sociais arcaicas) que carrega também o conteúdo da migração (que traz também a sua complexidade). O que essas cidades revelam enquanto conteúdos do urbano? Dessa maneira, é preciso pensar a prática socioespacial que é produzida nesse processo, com todas as dificuldades de alcançá-la.

A realidade da urbanização recente do Mato Grosso nos coloca diante de novas questões para pensarmos uma problemática urbana. O urbano está posto nesta expansão para o oeste, pois, como estamos afirmando, é uma realidade urbana a que é produzida, inserida no próprio movimento de transformação da realidade brasileira. Já a partir da década de 1950-60, quando o Brasil se industrializava efetivamente e passava a ser um país de população majoritariamente urbana, a urbanização como realidade trazia novas questões do âmbito do social: moradia, transporte, saneamento, etc., passava a demandar uma vida urbana concreta, que não se restringe ao provimento de serviços

urbanos básicos, mas se refere ao uso da cidade pelos cidadãos, o direito à centralidade, enfim, o direito à cidade (CARLOS, 2011).

As cidades do agronegócio foram criadas por projetos de colonização públicos ou privados, há poucas décadas, se revelando como uma produção do espaço hegemônica por determinados interesses, criando novas espacialidades. Nesse contexto, é o espaço e a produção do espaço que determinam a produção de novas relações sociais (LEFEBVRE, 2000), que produzem novas sociabilidades urbanas. Nessa produção do espaço dessa nova realidade social ligada à produção do agronegócio, a técnica tem um papel importante (BERNARDES, 1996; GOLDMAN et al., 1990). Com isso, podemos dizer que a industrialização define essa realidade e é determinante na produção dessa urbanização.

A agroindústria, a integração lavoura-indústria (que podemos definir como a relação lavoura-indústria-cidade), é uma realidade que nasce urbanizada, tendo o urbano como conteúdo e perspectiva. A história desse processo de urbanização nos aponta para o fato de que é a produção do espaço que explica os conteúdos sociais no momento atual, ou seja, a produção de novas espacialidades produz novas relações sociais. O espaço é produto de determinadas relações sociais da contemporaneidade, mas também é produtor de novas relações sociais (LEFEBVRE, 2009, 2000). As estratégias públicas e privadas (a ocupação dos “vazios territoriais”, os projetos de colonização, a produção de um espaço agrícola modernizado), que se revelam como estratégias espaciais, produziram e produzem uma realidade específica, com um espaço característico. Trata-se de um espaço que é produzido, já no início do processo de colonização, de maneira fragmentada, com funções específicas, se realizando aos pedaços como negócio.

Henri Lefebvre nos ajuda a pensar esses espaços produzidos segundo as estratégias dos agentes hegemônicos da produção do espaço em Mato Grosso, quando escreve sobre Mourenx, uma cidade nova construída para dar suporte a um complexo petroquímico, próxima a sua cidade natal, nos Pireneus franceses:

Mourenx ensinou-me muita coisa. Aqui os objetos têm o título de sua existência social: sua função. Cada objeto serve e o diz. Sua função é bem distinta e bem própria. No melhor caso, quando a cidade nova for acabada e bem sucedida, tudo nela será funcional, e cada objeto terá uma função própria: a sua. Esta função, cada objeto a indica, significava, grita-a a sua volta. Ele se repete infinitamente. O objeto reduzido a sua função e também a sua significação; aproxima-se indefinidamente do sinal e o conjunto desses objetos de um sistema de sinais. Em Mourenx, não há ainda muitos sinais verdes ou vermelhos. Tudo é apenas sinais verdes ou vermelhos: isto exigido, isto proibido. O

objeto reduzido à uma simples significação confunde-se com a coisa nua, despojada, desprovida de sentido (LEFEBVRE, 1969, p.140-141).

Nas cidades produzidas nas regiões de expansão do agronegócio, observamos que ordens estritas comandam o ritmo da vida. Nessas cidades há pouca tolerância para o diferente, para aquilo que foge à lógica da produção econômica. Muitos são os relatos de que pessoas com pouco ou nenhum dinheiro são coagidas a sair ou mesmo são expulsas dessas cidades.

Constitui-se aí, contraditoriamente, uma realidade urbana, cujos conteúdos é preciso investigar, de um lado através da pesquisa sobre a reprodução dessas estratégias espaciais dos agentes hegemônicos da produção do espaço (prefeituras, companhias de colonização, imobiliárias, empresas do agronegócio, bancos, etc.); por outro lado, é preciso investigar a prática socioespacial que se produz nesse processo, trazendo para o debate a noção de vida cotidiana (LEFEBVRE, 1992), fundamental para refletirmos sobre o nível do social no lugar, onde se concretizam as contradições, no embate desigual com os níveis do político e do econômico.

Podemos a princípio indicar que se trata de uma realidade onde o campo e a cidade não estão separados de maneira estritamente definida, pois formam uma única realidade, um se realizando no outro, inseridos em uma realidade que como conteúdo se revela urbana. A vida urbana é preenchida por inúmeras informações (concretas), com inúmeros significados, que no momento atual são reduzidas a ordens nas estratégias espaciais, impondo o mundo do consumo dirigido (LEFEBVRE, 1992). São espaços produzidos com uma única finalidade que nas cidades do agronegócio são representados pelas agroindústrias, os armazéns, a área residencial, as áreas de lazer (clubes), etc., espaços que se realizam por ordens estritas de uso: o lugar do morar (habitat), o lugar de comprar, o lugar da burocracia, o lugar do trabalho, o lugar do lazer.

A particularidade desses lugares novos (as cidades das regiões de expansão agronegócio) se apresenta como generalidade do modo de vida urbano, baseado em atividades que podemos chamar de atividades “modernas”. Mas, mesmo não deixando notar a princípio, dada a “modernidade” aparente revelada na paisagem, o espaço carrega as contradições de nossa formação social. Assim, relações sociais arcaicas, atrasadas e reprodutoras de um atraso social fazem parte do conteúdo da nossa “modernidade” (MARTINS, 1999). O monopólio da terra, mesmo em sua versão atual (o agronegócio) aponta nessa direção, pois se converte em mediação central da produção das relações sociais (inclusive através do espaço produzido), baseadas em

relações de poder e de domínio político, se revelando também enquanto dominação cultural e simbólica.

Os “significados” do processo no que podemos chamar da construção da “opinião pública”, são produzidos e difundidos pelos detentores das esferas de domínio, ou seja, pela grande propriedade da terra. Nesse sentido, a questão agrária se revela como a base da reprodução das relações sociais, definindo inclusive as particularidades do urbano nas cidades do agronegócio, complexificada pela união do capital com a propriedade da terra promovida pelos governos militares (1964-1985) (MARTINS, 1999).

O urbano e a produção do espaço aparecem aí como resultado do aprimoramento da terra como mercadoria, através dos projetos de colonização, num processo histórico e estratégico de privatização da terra em Mato Grosso. A partir das centralidades produzidas com a criação das cidades, sobretudo ao longo da BR-163, com o processo de modernização da agricultura, a indústria e o urbano passam a ser determinantes na produção da sociabilidade, propondo novos conteúdos sociais.

Assim, devemos considerar que a industrialização (propiciada pela industrialização da agricultura e pelo processamento dos produtos agrícolas) e o urbano se revelam na prática socioespacial, descolada da história, pois produzida em um espaço-tempo ligado ao processo de realização do capital de forma ampliada. No entanto, os conteúdos do processo de industrialização-urbanização apontam para novas questões de ordem qualitativas: a vida urbana, o urbano como realização concreta da vida está como perspectiva mesmo nesse espaço produzido segundo a lógica da reprodução econômica.

Anexo de fotos tomadas em Campo Verde-MT (uma das cidades criadas a partir da expansão da agropecuária modernizada em Mato Grosso)

Foto 1 – Vista de Campo Verde-MT



Foto 1 – Aspecto de uma parte da cidade de Campo Verde-MT, em foto tomada do alto da torre da praça central. Destacam-se na paisagem urbana equipamentos (armazéns e silos) de grandes empresas que dão suporte à atividade agropecuária. Na mesma avenida (BR-070) onde se concentram essas empresas, há também a presença de grandes lojas de implementos agrícolas. Observa-se também imediatamente após o espaço urbano, lavouras, áreas de plantações de eucaliptos e (não é possível ver na fotografia) granjas de produção de frangos (incubadora). Foto do autor, março de 2013.

Foto 2 – Praça Central de Campo Verde-MT



Foto 2 – Um dos lados da praça central de Campo Verde-MT, reconstruída há poucos anos. Impressiona aí os signos de modernidade, seja pelos equipamentos e formas das construções da praça, seja pelo fato de que no interior da praça há uma área de alimentação semelhante às encontradas em shoppings centers, embora de menor dimensão, relativizando o aspecto público de seu uso pela população. Foto do autor, março de 2013.

Foto 3 – Aspecto da região central de Campo Verde-MT



Foto 3 – Aspecto de uma avenida central da cidade de Campo Verde-MT, onde nota-se o aspecto retilíneo (cidade planejada) e a largura da avenida, preparada para a passagem de grandes caminhões e máquinas agrícolas. Outro elemento importante nessa foto é o Banco do Brasil, pois o setor financeiro atua de modo determinante na produção agropecuária hoje. Foto do autor, março de 2013.

Foto 4 – Vista da cidade de Campo Verde-MT.



Foto 4 – Nesta foto também tomada do alto da torre da praça central, podemos indicar (o que observamos em trabalho de campo) que nos extremos dessas largas avenidas retas que cortam a cidade, já se indica a continuidade da expansão do espaço urbano na perspectiva do prolongamento das avenidas. Em alguns desses extremos da cidade, novos loteamentos já estão traçados, inclusive em regiões mais valorizadas. No alto da foto na extremidade direita, (o que também observamos em trabalho de campo) há a construção de um conjunto habitacional em área não contígua à cidade. Podemos apontar aí, através desses dois exemplos, o processo de especulação com a terra e a segregação como conteúdo dessa produção do espaço hegemônica pelo poder econômico e político. Foto do autor, março de 2013.

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

Bibliografia

ARRUDA, Zuleika Alves. **Onde está o agro deste negócio?** (2007), 253p., Tese de doutorado em Geografia, UNICAMP, Campinas.

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 2000, 5ª ed..

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Brasil. Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1996, p.325-366.

_____. Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. In: **Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

_____. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense – Brasil. In: **Anais do XI Colóquio Internacional Geocrítica**. Buenos Aires, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). **Geografias da Soja: BR-163: Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.

CABRAL, Ivaniza de Lourdes Lazzarotto. Aspectos Físico-químicos de Latossolos Vermelho, Amarelo e Glei em Área Com e Sem a Cultura da Soja. In: MAITELLI, Gilda Tomasini e ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira (orgs.). **Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-grossense. Impactos Socioambientais**. Cuiabá/Brasília: EDUFMT/Entrelinhas/CNPQ, 2007, p.51-67.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

_____. **Espaço-Tempo na Metrópole. Fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

GEORGE, Pierre. **Panorama do Mundo Atual**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

GOLDMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: **Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.5-50.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, 4ª edição.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 7ª ed..

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. In: **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Paris: PUF, vol.18, p.55-77, jan.-jun.1955.

_____. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000, 4ª ed..

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2006, 4ª ed..

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, 2ª edição.

_____. **A Sociedade Vista do Abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, 2ª edição.

_____. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009, 2ª edição.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Cidade sem Infância no Universo Pioneiro da Soja. In: **Travessia**, p.19-21, Janeiro-Abril de 1993.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª edição.

MORENO, Gilaene. **Terra e Poder em Mato Grosso. Política e Mecanismos de Burla 1892-1992**. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas/FAPEMAT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

_____. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. In: **Terra Livre**. Goiânia: AGB, ano 22, v. 1, n.26, p.13-43, jan.-jun. de 2006.

PEREIRA, Benedito Dias. **Mato Grosso. Principais eixos viários e modernização da agricultura**. Cuiabá: EDUFMT/FAPEMAT, 2007.

RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

PADUA, R. F. Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso..

ROMANCINI, Sônia Regina (org.). **Novas Territorialidades na Cidades Mato-Grossenses**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 2008, 5ª edição.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011, 15ª edição.

TORRES, Maurício (org.). **Amazônia Revelada. Os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização Regional**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.